



resenhas educativas // education review

editores: gustavo e. fischman gene v. glass melissa cast-brede david j. blacker

30 de outubro de 2012

ISSN 1094-5296

Popkewitz, Thomas S. (2011). *Políticas educativas e curriculares. Abordagens Sociológicas Críticas*. Mangualde: Edições Pedagogo.

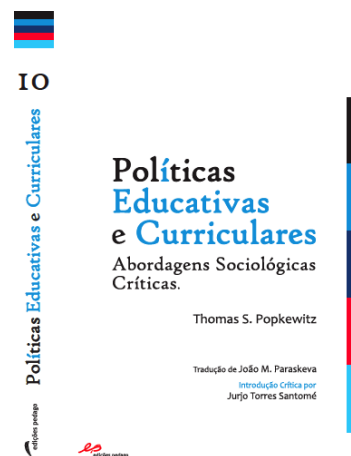
245 páginas

ISBN: 978-972-8980-50-4

Resenhado por Catarina S. Martins
Universidade do Porto

A tradução para português de artigos diversos de Thomas S. reunidos sob o título *Políticas educativas e curriculares, Abordagens críticas*, representa um marco significativo para o campo da investigação em Educação em Portugal. Apesar de algumas conferências nas Universidades de Lisboa e do Porto, colaborações com investigadores portugueses e textos publicados em português, Popkewitz continua ainda um autor pouco conhecido e mobilizado no campo de pesquisa educacional em Portugal. Em grande medida este livro vem, então, possibilitar a aproximação à radicalidade de pensamento deste investigador no campo das políticas educativas e curriculares.

Os artigos aqui reunidos, que pontuam apenas uma ínfima parte do trabalho deste autor nas duas últimas décadas, atravessam o campo da investigação em educação com contributos teóricos e metodológicos derivados dos estudos pós-estruturalistas, estudos culturais, pós-coloniais e estudos feministas. É inegável toda a matriz Foucaultiana que constrói este posicionamento, mas a arquitectura do pensamento de Thomas S. Popkewitz é mais plural. A compreensão das políticas do saber e dos sistemas de racionalidade que governam a política, a pedagogia e a investigação em educação é o foco por excelência de todo o seu trabalho genealógico e crítico. Ao autor interessa-lhe perceber e demonstrar que os sistemas educativos do presente, e até mesmo os discursos que somos capazes de empreender em torno dos fenómenos educativos, estão assentes em grelhas de racionalidade específicas. Deste modo, qualquer que seja a entrada escolhida na leitura deste livro, o leitor será



Citação: Resenha de Popkewitz, Thomas S. (2011). *Políticas educativas e curriculares. Abordagens Sociológicas Críticas*. Mangualde: Edições Pedagogo *Resenhas Educativas*, 15. Recuperado [fecha] de <http://www.edrev.info/reviews/revp83.pdf>

sempre confrontado com problematizações complexas que desnaturalizam as evidências mais comumente aceites e até inquestionáveis daquela que parece ser, desde a modernidade, a tarefa e a missão da escola e da escolarização.

Tome-se, por exemplo, o dueto ‘nação/cidadão’ que numa sociedade apelidada de ‘globalizada’ poderá soar longe dos tempos actuais. Ora, explica-nos Popkewitz, nada mais distante da verdade. Por um lado, quer a ‘nação’ quer o ‘cidadão’ não poderão ser tomados sem a sua própria inscrição histórica, ou seja, como fabricações culturais do século XIX e, por outro lado, o próprio ‘global’ não cessa de lançar intensidades a partir desses dois pólos. É por isso o reconhecimento desses ‘actores’, naquelas que são as suas linhas estruturais de razoabilidade, que nos permite detectar as continuidades e as discontinuidades que marcam a sua configuração no presente. É neste sentido que Popkewitz afirma que “as novas histórias de salvação do progresso refazem a identidade do século XIX do eu cosmopolita” (p. 52).

O presente é, então, entrevisto a partir de uma lente histórica que se dedica a analisar aquilo que nele lhe confere a sua própria possibilidade de existência. Visto no campo educacional, a tessitura da política das práticas educacionais, os argumentos pedagógicos, as concepções sobre quem a criança é e naquilo em que se deverá tornar correspondem a fabricações que, ontem como hoje, não podem ser lidas senão numa óptica de poder. Aquela que permite perceber que é historicamente inseparável, desde a modernidade, “a junção dos registos da administração social com os da liberdade” (p. 53). Dito em outras palavras, o processo de escolarização que foi tomando forma no longo século XIX, no Ocidente, não se pode desligar dos mecanismos de poder e de produção de saber que os então Estados-Nação foram incorporando, - e de que a estatística é, tão somente, um dos instrumentos simultaneamente mais detalhados e mais totalizadores -, de modo a tornar o sujeito, seja ele a criança, o aluno, o doente ou o criminoso, em cidadãos razoáveis. É no interior deste processo governamental, utilizando aqui uma linguagem de pendor Foucaultiano, que a administração social e o imaginário de liberdade se foram conjugando sem nunca se anularem.

Esta improvável compatibilidade para uma racionalidade que tende a tudo colocar numa geografia de opostos é o que define o limiar de pensar o que seria, à partida, impensável. A disciplinação e a governação adquirem, desde a modernidade, uma feição menos dura. Não que os dispositivos disciplinares como a prisão, por exemplo, os castigos ou o exercício tenham perdido o seu lugar na manutenção da ordem e no atingir dos objectivos pretendidos. Mas, de facto, governar tornou-se numa ‘arte’ cuja eficácia se percebeu ser alcançada mais pelo governo da alma do que por um governo exercido pela força. A escola moderna tornou-se no local por excelência para a governação da alma do aluno.

A pedagogia operou segundo esse mecanismo em que o tradicional sentido religioso atribuído à alma é substituído por um outro sentido ligado à capacidade racional dos sujeitos e às noções de desenvolvimento pessoal, de auto-reflexão e de crescimento interior. O projecto de Popkewitz é atravessado pela consciência de que as narrativas da democracia e da participação organizam e ordenam formas de estar, de ser e de ver o mundo e os sujeitos. O autor argumenta, por exemplo, que “a sobreposição dos discursos sobre a formação de professores e padrões de ensino intersectam-se com outros discursos sobre a aprendizagem de professores e a psicologia infantil para construírem mutuamente imaginários geopolíticos da comunidade e da nação, e assim, re-territorializarem a individualidade da criança”. É nota, a propósito, que a fabricação do eu do aluno pode ser abordada através “da examinação da alquimia didáctica” (p. 79). O importante estará em reconhecermos que o sujeito humano de que se encarrega toda a pedagogia desde a modernidade é, antes de tudo, uma invenção histórica. Os modos de ver, de dizer, de agir e de sentir estão então profundamente ligados aos modos enunciativos de que dispomos.

No capítulo IV dedicado à análise de uma epistemologia de investigação educacional, convocando uma vez mais autores que se situam fora do estritamente educacional, Popkewitz traça uma analogia da descontinuidade operada no sistema de visualidade e de construção do observador na modernidade com a própria (in)visibilidade que se faz presente nas ciências sociais, para sublinhar que os sistemas de conhecimento produzem tudo aquilo que é visto e inteligível. Pormenorizando, são muitas as questões que o investigador educacional poderá elencar: “como é que as teorias da infância ‘transformam’ as crianças em objectos que observamos, escrutinamos e agimos em função deles? Como é que os sistemas de ideias que diferenciam e dividem também constroem normas que distinguem o corpo e as mentes das ‘mulheres’ e dos ‘homens?’”(p. 144). Tudo gravita, então, em torno da análise dos sistemas de racionalidade que permitem que o ‘olho’ socialmente disciplinado ‘veja’ como ‘vê’. A criança torna-se, por exemplo, no ‘aprendente’ que será classificado a partir do binómio normal/anormal, quer seja em termos de sucesso ou insucesso, quer seja na forma de a anexar a contextos urbanos ou rurais, com todas as consequências aí implicadas na ordenação e organização de modos de vida. É neste sentido que, mais recentemente, Popkewitz se tem vindo a referir a estes conceitos que aparecem como universais e sem localização histórica específica como ‘the homeless mind’. Mas, também, aos modos como determinadas identidades são produzidas como princípios que governam quem somos e como deveremos ser.

No seu projecto de historicizar as formas como raciocinamos as práticas sociais mostra, por exemplo, como o problema da ciência moderna é o de tornar observável aquilo que antes não era visível. A estatística surge como um dos exemplos na medida em que foi concebida como uma tecnologia de administração social capaz de, num mesmo movimento, fornecer uma imagem detalhada e uma perspectiva alargada tanto de um agrupamento populacional, quanto da progressão de uma epidemia. A individualidade é colocada num espaço que classifica, mede e organiza comparativamente um com todos. O acto de produção de saber torna-se, pois, parte integrante do acto de governar. Ora, este projecto de historicização e de compreensão dos sistemas de racionalidade que nos constituem traz em si o questionamento frontal de todo o território social em que o nosso próprio discurso se desenrola. Toda a problematização se centra nas formas como esse discurso é constituído, assimilado, inscrito, adquirido como verdadeiro num dado tempo e espaço.

É neste complexo emaranhado que surge uma problemática central a toda o pensamento inscrito no que se vulgarizou chamar de pós-estruturalismo e que Thomas S. Popkewitz trabalha como sendo a descentralização do sujeito. As implicações para a investigação educacional, frequentemente centrada no actor e na sua acção, expõem-se de forma violenta. Ou seja, o passo primeiro consiste numa dispensa do sujeito como sujeito transcendental. E é a esse processo de recusa de qualquer a priori histórico que, metodologicamente, se poderá chamar de genealogia. A tarefa genealógica constitui-se como um modo de historicização da constituição do saber, de discursos, de domínios de objectos, etc. Considerando-se a mecânica inclusão/exclusão dir-se-ia que esta é revista pelas teorias pós-estruturalistas a partir da análise da política que a constrói discursivamente como campo de acção e de participação assente numa desigualdade. “A atenção é dada, por exemplo, às práticas discursivas do ensino que diferencia, distingue, compara e hierarquiza as crianças. A produção da diferença é significativa ao nível das subjectividades, da motivação, dos gostos, e dos desejos que permitem/impedem a participação” (p.154). Aquilo que é então frequentemente apelidado de anti-humanismo devido à recusa, como ponto de partida da investigação, do actor, toma uma forma diferente se aceitarmos o desafio de desestabilizar as condições que limitam o actual entendimento do sujeito humano. A possibilidade da acção, defende o autor, “é criada através da perturbação das narrativas do progresso e reconciliação. Registrar as construções históricas de raciocínio é desnaturalizar os espaços onde as nossas individualidades são

colocadas”(p. 154). É na perturbação e na desestabilização das convenções que encerram o presente e o limitam que fixa o cometimento de todo aquele que se lança na acção do pensamento.

Antecipa-se que o leitor deste livro não encontrará nele pacificidades. De facto, Popkewitz coloca, de forma eminentemente crítica, todo o regime de verdade em crise. A sua análise estende-se ao currículo. Não propriamente, ou apenas, como um conjunto de saberes, mas antes, e sobretudo, como uma prática de governação e como efeito de poder. “Porque é que pensamos na reforma da forma como o fazemos? Porque é que colocamos os problemas do conhecimento escolar, das crianças, do ensino e da avaliação da maneira que o fazemos?” (p.176). Com efeito, a forma como explora o currículo não é senão como um saber historicamente construído que inscreve regras e padrões disciplinadores dos modos como vemos, sentimos, agimos e falamos sobre o mundo e sobre o ‘eu’. Implica, portanto, a análise dos princípios de classificação, de ordenação e de organização que constituem um dado sistema de razão. Como exemplo tome-se a construção histórica da criança enquanto aluno que se naturalizou no ensino. Em inícios do século XIX, no campo do ensino, a criança era designada por ‘escolar’. A categoria pedagógica de ‘estudante’ e de ‘aluno’ é uma invenção de final do século XIX que reconstitui a criança como objecto de análise, de estudo, de intervenção e de escrutínio. A esta transformação corresponde uma concepção moderna da infância. É de acordo com um conjunto de princípios e de características universais que a infância se constitui e a criança passa a ser vista. Até ao século XIX a criança não ‘desenvolvia’ no sentido moderno do termo. “As categorias da aprendizagem ‘tornam’ a criança moderna em alguém que dá atenção ao estudo das coisas no mundo em vez de alguém que confia na fé transcendental”. É assim que “a criança moderna é também vista pelos ‘outros’ e entende-se como uma pessoa racional, ‘que resolve problemas’ e ‘em desenvolvimento’”(p. 182).

Um olhar menos problematizador encontrará familiaridade nestas evidências do presente. Mas a análise de Popkewitz mostra, precisamente, que é para essa zona de familiaridade que se deverá direccionar o investigador educacional. Tudo aquilo que naturalizamos como sendo as fases de desenvolvimento da criança, as categorias psicológicas relativas ao ‘eu’ e as diversas classificações associadas que emergem como intemporais e universais, não são dados ou factos desde sempre existentes ou próprios daquilo que se designa por natureza humana. Ao contrário, são princípios constitutivos e ordenadores que constroem a criança de uma determinada forma. Dizer isto é afirmar que esta fabricação tem um sentido duplo, quer enquanto ‘ficção’, quer enquanto ‘realidade’. E é a partir desta malha discursiva que se produzem as subjectividades e que, simultaneamente, se exerce a administração dos sujeitos. Do mesmo modo, apontando agora para a investigação educacional, esta “engloba as disposições para aquilo que será olhado e a forma como esse olhar irá conceber as ‘coisas’ do mundo” (p. 182).

Os princípios ordenadores e classificadores acima apontados inscrevem gestos duplos: de medo e de esperança. Todo o discurso passado e presente de uma sociedade inclusiva, de um ensino para todos, trazem em seu bojo o medo dos perigos que, todos aqueles que não se encaixam na norma, representam. As ciências da educação não se posicionaram à margem desse dispositivo de qualificação e de desqualificação da acção e da participação. A vontade de mudança patente em grande parte do discurso educacional do século XX sobre as qualidades e capacidades dos sujeitos fora das normas é reveladora desse ímpeto de controlo e normalização do que se conceptualizava como desviante. Esses gestos duplos, como refere Popkewitz, estão presentes também na fabricação da criança. Um exemplo paradigmático é dado através das ciências domésticas de inícios do século XX. Estas, então, ordenavam e classificavam modos de vida para as famílias urbanas através de uma gramática discursiva de cariz científico que inteligibilizava as condutas tidas nos relacionamentos, por exemplo, dos pais com os filhos, nas práticas nutricionais e até na higiene dos lares. “A

racionalização do lar misturou a medicina com a ciência social e questões morais para ordenar a vida da família como moderna e científica” (p. 224). De facto, como conclui o autor, “Dewey e Thorndike (e não nos esqueçamos de Freud) vivem juntos nos lares actuais” (p.225). As teses culturais acerca da criança e da família não podem, portanto, ser analisadas senão nessa intersecção permanente entre o individual e o colectivo, em que o planeamento da criança e do adulto em que se deverá tornar fazem parte de uma prática ‘civilizadora’.

Nas disciplinas escolares as narrativas de salvação da criança de todos os perigos e males sociais fez-se sentir, entre outras áreas, na educação artística. O autor dá o exemplo da educação musical. Os objectivos que a enquadravam sublinhavam os duplos gestos de esperança e medo. “Iria moldar a população para esta se tornar em cidadãos cosmopolitas e democráticos (a esperança) e eliminar a delinquência juvenil e outros males da sociedade (os medos) permitindo o uso produtivo do lazer e da auto-cultura” (p. 228). Muitas das narrativas de salvação do presente encontram a sua possibilidade de existência nestas grelhas históricas que as configuraram como pensáveis.

O livro em análise encontra-se organizado em seis capítulos e conta com uma introdução crítica de Jurjo Torres Santomé. Ao longo dos vários capítulos o leitor será sempre confrontado com questionamentos que visam desnaturalizar tudo aquilo que se solidificou no discurso educacional e que passa, frequentemente, por inquestionável. A analítica produzida em cada um deles é extensa e com um enquadramento que procura a inscrição histórica e desmontagem dos argumentos que fixam e limitam as possibilidades do presente. Decerto o livro é provocador para os ‘realistas’ da educação, aqueles que insistem na separação entre o discurso e o contexto. Mas a esses Popkewitz relembra que “Marx, entre outros, entendia que as palavras não são meramente palavras ou epifenómenos, mas elementos produtivos, materiais na construção de quem ‘nós’ somos e quem é desqualificado por ser esse ‘nós’” (p. 243).

Acerca do autor do livro: Thomas S. Popkewitz é Professor no Departamento de Estudos Curriculares da Faculty of Education da University of Wisconsin – Madison. Os seus estudos focam-se nos sistemas de razão que governam a política e a investigação educacional relacionada com a pedagogia e formação de professores. A sua investigação inclui estudos etnográficos, históricos e comparativos de reformas educacionais na Ásia, Europa, América Latina, Sul de África e Estados Unidos, tendo sido publicada em 12 línguas. Entre outros títulos, foi condecorado Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Umea, Lisboa, Leuven e Helsínquia.

Acerca da autora da resenha Catarina S. Martins é Doutora em Educação e Mestre em Educação Artística pela Universidade de Lisboa. Desde 2010 é Professora na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Investigadora do Núcleo de Educação Artística do i2ADS – Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, da mesma Faculdade. Os seus interesses de investigação centram-se em análises críticas dos sistemas de racionalidade que governam as actuais políticas educativas e curriculares em Educação Artística e os princípios que orientam a investigação nesse campo. Nesse sentido, coloca em crise as narrativas de salvação em educação artística pela adopção de um posicionamento crítico radical que desnaturalize as evidências e rotinas que historicamente se instalaram nas práticas educativas e de pesquisa em educação artística.

O copyright é retido pelo o/a autor/a quem outorga o direito da primeira publicação a
Resenhas Educativas/Education Review
<http://edrev.info>



Editores

Gustavo E. Fischman
fischman@edrev.info

David J. Blacker
blacker@edrev.info

Melissa Cast-Brede
cast-brede@edrev.info

Gene V Glass
glass@edrev.info
